Art. 79. A rescisão do contrato poderá ser:
(...)

II - amigável, por a cordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

É importante ressaltar que nesta modalidade a rescisão só se efetivará desde que haja conveniência para a Administração Pública, não está se trata de competência discricionária, mas sim de um julgamento que apela à economicidade, na qual é mais vantajoso e célere para a Administração rescindir o contrato de comum acordo com o contratado.

Na situação descrita, a iniciativa para a rescisão amigável partiu da contratada, todavia, esta solicitação ocorreu apenas após a contratada ser notificada acerca da possibilidade de rescisão unilateral do contrato e da possibilidade de aplicação de sanções administrativas em razão dos atrasos das verbas trabalhistas e previdenciária, pois tal conduta incidiria em de descumprimento de obrigações contratuais, conforme previsão na "Cláusula Décima Oitava: Das Sanções Administrativas", itens 18.2; 18.2.1; e 18.2.2:

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.2 Comete falta grave, podendo ensejar a rescisão unilateral da avença, sem prejuízo da aplicação de sanção pecuniária e do impedimento para licitar e contratar, nos termos do art.7º da Lei 10.520, de 2002, aquele que:

18.2.1 Não promover o recolhimento de s contribuições relativas ao FGTS e à Previdência Social exigível até o momento da apresentação da fatura;

18.2.2 Deixar de realizar pagamento do salário, do vale-transporte e do auxílio alimentação no dia fixado.

A empresa foi notificada através de publicação no Diário Oficial nº 34.290 no dia 23/07/2020 e a solicitação para a rescisão contratual no dia 31/07/2020, a qual foi acatada pelo IGEPREV, diante da celeridade deste procedimento, visto que havendo a mútua concordância, prévia à rescisão, não será preciso que a Administração conceda oportunidade para o exercício do direito do contraditório e da ampla defesa prévios a sua efetivação, sendo assim, a rescisão amigável é mais conveniente para a Administração.

Ressaltando, que a rescisão contratual não impede que as faltas e fraudes cometidas durante a execução do contrato sejam apuradas por esta Autarquia.

Diante do exposto, não resta razão ao requerente, motivo pelo qual, mantem-se o entendimento adotado pela presidência quanto à instauração do PAR.

Por fim, quanto à alegação de que houve a quitação das parcelas de natureza trabalhista aos colaboradores vinculados ao Contrato nº 22/2018, a empresa contratada apresentou informação nova aos autos, com Certidão do Sindicato dos Trabalhadores de Empresas de Asseio Conservação, Higiene, Limpeza e Similares do Estado do Pará – SINELPA emitida no dia 03/09/2020.

A referida certidão concede plena, geral e irrevogável quitação quanto ao pagamento de verbas rescisórias dos trabalhadores lotados no IGEPREV e quanto ao extinto contrato de trabalho dos trabalhadores lotados no IGEPREV vinculados ao Contrato nº 008/2018 do período de 11/2018 à 08/2020 e vinculados ao Contrato nº 005/2016 do período de 05/2016 à 08/2020.

Embora o documento comprove a quitação das verbas trabalhistas, o referido documento não tem aptidão para demonstrar a quitação das verbas previdenciária.

Ademais, o comprovante de quitação se deu após o término do vínculo contratual entre o IGEPREV e a Projebel, durante a vigência do Contrato Administrativo, entretanto, a referida empresa de forma reiterada, descumpriu as suas obrigações trabalhistas e previdenciárias, e, em consequência, as obrigações do Contrato Administrativo.

Considerando que o caput do Art. 5º da Lei Federal nº 12.846/2013, não prevê a necessidade de produção efetiva de danos ou lesão para a caracterização da infração, sendo assim, a prática do ato é suficiente para a aplicação da norma. Vejamos:

"Art. 5º Constituem atos lesivos à administração pública, nacional ou estrangeira, para os fins desta Lei, todos aqueles praticados pelas pessoas jurídicas mencionadas no parágrafo único do art. 1º, que atentem contra o patrimônio público nacional ou estrangeiro, contra princípios da administração pública ou contra os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, assim definidos:"

Sobre o referido assunto, observamos como os doutrinadores Fabrício Motta e Spiridon Nicofotis Anyfantis³, já mencionados acima, se manifestam sobre tema:

Um dos critérios utilizados para a escolha do bloco normativo que protegerá determinado bem jurídico baseia-se na teoria do risco. Por esse critério, são considerados crimes as condutas que causam lesões efetivas aos bens jurídicos, enquanto se consideram como infrações as condutas que simplesmente os colocam em risco, com o intuito de prevenir danos e proteger antecipadamente os bens jurídicos.

O critério é relevante por afastar a primazia da culpabilidade para caracterização da infração, pois importa ao ordenamento o mero descumprimento de uma norma para prevenção de perigos abstratos, independentemente do proveito ou do resultado alcançado. Trata-se das chamadas infrações de mera conduta, nas quais a mera prática da conduta descrita pela norma é suficiente para a aplicação da sanção. Uma análise atenta aos tipos constantes dos incisos do art. 5º revela que a infração se consuma com o simples descumprimento da norma, independente da produção concreta de qualquer lesão ou dano.

³ Idem.

Diante do exposto, não é possível acatar a solicitação da reclamada para arquivar o procedimento em face da quitação das parcelas de natureza trabalhista.

V – DA CONCLUSÃO

Diante do exposto, defiro o pedido do requerente para declarar a invalidade da intimação publicada no Diário Oficial nº 34.328 no dia 28/08/2020, para que seja emitida nova intimação à empresa PROJEBEL SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA, a fim de conceder os prazos legais, de 10 (dez) dias para a apresentação de defesa escrita e de 30 (trinta) dias para a produção de provas, conforme prevê o caput e o inciso IV do Art. 13. Quanto aos demais pedidos, indefiro, conforme os motivos expostos nesta decisão.

Belém/PA, 01 de outubro de 2020.

ILTON GIUSSEPP STIVAL MENDES DA ROCHA LOPES DA SILVA

Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

Protocolo 587081

ESCOLA DE GOVERNANÇA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ

PORTARIA

Portaria nº

Nome: Rutiane Peixoto das Mercês

Matrícula: 54194473/2

Cargo: Especialista em educação classe I

Lotação: DDPEG

Concessão: 8 (oito) dias – Art. 72, inciso III, da Lei nº5.810/1994

Período: 11/09/2020 à 18/09/2020

Protocolo: 586895

Portaria nº 129 DE 28 DE SETEMBRO DE 2020.

A DIRETORA GERAL DA ESCOLA DE GOVERNANÇA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ-EGPA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº. 6.569 de 06 de agosto de 2003, e posteriores alterações, e. CONSIDERANDO o Processo nº 2020/716415

RESOLVE:

DESIGNAR, a servidora MAISA GORETT OLIVEIRA COUTO, matrícula nº. 57235107/3, ocupante do cargo de secretário de coordenação, para responder pela Coordenação da Coordenadoria de Orçamentos e Finanças desta EGPA, durante as férias da titular REGINA CAMPOS MACHADO, matrícula nº25763/3, no período de 01/10/2020 a 30/10/2021.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

EVANILZA DA CRUZ MARINHO MACIEL

Diretora Geral

Protocolo: 586902

ERRATA

ERRATA da Portaria nº 131 de 30 de Setembro de 2020, publicada no DOE Nº 34.361 de 02 de Outubro de 2020 de Suprimento de fundo.

Onde se lê: Matrícula nº 57203911/1.

Leia-se: Matrícula nº 80845288/1.

EVANILZA DA CRUZ MARINHO MACIEL

Diretora Geral da EGPA.

Protocolo: 586887

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

PORTARIA

GABINETE DO SECRETÁRIO

Portaria nº 585 DE 29 DE SETEMBRO DE 2020

REMOVER, de ofício, o servidor MARCO AURELIO BARBOSA DE ALCANTARA, Id Func nº 5128935/1, Fiscal de Receitas Estaduais, da OEAT de Xinguara para a CERAT de Redenção.

RENÉ DE OLIVEIRA E SOUSA JÚNIOR

Secretário de Estado da Fazenda

Protocolo: 586781

SUPRIMENTO DE FUNDO

Portaria nº 2080, 02 DE OUTUBRO DE 2020

A DIRETORA DE ADMINISTRAÇÃO DA SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA, usando de suas atribuições e, considerando o Proc. nº 2020/782212.

RESOLVE:

I - CONCEDER a servidora Francemárcia Ferreira Carvalho, cargo de Auxiliar de Administração, Matrícula nº 03249557/1, portadora do CPF nº 255.973.882-15, Suprimento de Fundos no valor total de R\$ 2.000,00 (Dois Mil Reais), para suprir as despesas da CERAT-PORTOS E AEROPORTOS, referente ao mês de outubro, observando a classificação orçamentária abaixo:

17101.04.123.1508.8251 - GESTÃO FAZENDÁRIA - FONTE DE RECURSOS: 010133.90.30 - MATERIAL DE CONSUMO.